

Processo de Decisão da Campanha VITIS 2020/2021

O processo de hierarquização das candidaturas foi efetuado respeitando e validando a informação prestada pelos candidatos no momento da sua submissão para aprovação. No ato da submissão da candidatura, o beneficiário ou o seu representante, assume a responsabilidade pelos dados introduzidos e consequentemente pelo resultado da decisão final face à validação dos mesmos.

Perguntas Frequentes pelos Beneficiários e Organizações

1. Vai haver reforço na dotação orçamental nesta campanha?

De acordo com confirmação fornecida pelo organismo gestor de medida (IVV), a decisão das candidaturas VITIS da campanha 2020 efetuada no dia 29/05/2020, é assumida como DECISÃO FINAL.

2. Qual o meu potencial de produção?

O potencial de produção é disponibilizado via *webservice* pelo IVV, e corresponde ao somatório dos direitos e autorizações do próprio e da área das parcelas exploradas pelo candidato, conforme definido na legislação de apoio à medida. Para pontuar no ponto 4 nos critérios de prioridade na hierarquização, o potencial de produção do candidato deve situar-se no intervalo $\geq 0,3$ ha e ≤ 5 ha.

Para confirmar o seu potencial de produção deve consultar o separador “Validação Técnica” na candidatura.

A. Sobre critérios de Prioridade e Pontuação (Anexo II da Portaria n.º 323/2017 alterada e republicada pela Portaria n.º 220/2019):

3. A minha candidatura foi apresentada por uma pessoa coletiva cujo sócio gerente tem idade inferior a 40 anos de idade. Porque não pontuou?

Para que seja considerada a pontuação neste critério, na identificação da candidatura deve ser registado o NIF do sócio gerente que detenha a maioria do capital e este deve estar registado como beneficiário do IFAP, de modo a permitir ao sistema validar a sua idade

- 4. Na Região Demarcada do Douro, pontuam no critério 5 do Anexo II da referida Portaria, apenas candidaturas exclusivamente com parcelas em patamares suportadas por muros de pedra posta, que realizem investimento na sua manutenção; como foi feito o controlo deste critério?**

De acordo com o definido no anexo II da Portaria n.º 323/2017 alterada e republicada pela Portaria n.º 220/2019, relativo ao ponto 5 (b). “Na Região Demarcada do Douro, apenas as candidaturas exclusivamente com parcelas em patamares suportadas por muros de pedra posta, com vista à manutenção destes”

Assim, só foram consideradas para pontuação neste critério as candidaturas com parcelas que se localizam nesta região, e todas com as seguintes especificações de investimento (cumulativamente):

- Sistematização do terreno: “Alteração do perfil (com terraceamento, manutenção dos socalcos do Douro ou em vinhas ao alto”.
- Com investimentos em melhorias de infraestruturas, na acção “muros de suporte” e sub acção “reconstrução”.

- 5. Numa situação em que foi candidata uma parcela suportada por muros de pedra posta e outra parcela não suportada por muros de pedra posta, teve pontuação?**

Não, para obter pontuação todas as parcelas devem cumprir o definido, conforme acima descrito.

- 6. O beneficiário não pode ter candidatura aprovada nos dois concursos anteriores e cumulativamente deve ser o titular das autorizações/direitos da candidatura, no caso de comproprietário (sendo o beneficiário titular também do direito) porque não teve pontuação?**

De acordo com o Anexo II da Portaria n.º 323/2017 de 26 de outubro, republicada pela Portaria nº 220-2019 de 16 de julho, para a pontuar neste critério de prioridade, o beneficiário não pode ter candidatura aprovada nos dois concursos anteriores e, cumulativamente, deve ser o titular de todas as autorizações/direitos da candidatura. Caso o NIF do titular de todas as autorizações/direitos não corresponda ao do beneficiário da candidatura, não pontua no critério.

B. Sobre candidaturas seleccionadas sujeitas a distribuição *pro-rata*

O processo de hierarquização/decisão é automático e decorre do definido na legislação, que refere que as candidaturas que ficarem na mesma classe de pontuação, para a qual já não exista dotação disponível, estão sujeitas a uma distribuição da área elegível numa base *pro-rata*. Assim, a área e ajudas são diminuídas para a % *pro-rata* calculada.

7. Com uma candidatura aprovada com distribuição *pro-rata* é possível plantar só a área aprovada?

Sim.

8. Quando a candidatura tem mais de uma parcela, é possível concentrar a área aprovada numa delas e desistir da plantação da outra? Como?

Sim. Poderá efetuar um pedido de alteração à candidatura até à data da submissão do pedido de pagamento cumprindo os prazos definidos. O pedido de alterações deve incluir todas as alterações pretendidas, podendo por isso ser apresentado mais tarde (até um mês antes do prazo limite para apresentação do pedido de pagamento). Deve no entanto ser salvaguardado que estão a ser cumpridos os critérios de prioridade considerados na aprovação que permitiram assegurar uma pontuação acima da classe *pro-rata* na conclusão da operação, sob pena de ser aplicada a taxa de *pro-rata* à candidatura ou de esta perder elegibilidade abaixo desta classe.

9. E se na mesma parcela apenas plantar a área aprovada com a casta prioritária e a restante área com outras não prioritárias?

Pese embora só seja possível pagar a área aprovada, toda a parcela será alvo de controlo, uma vez que este é efetuado a toda a parcela de vinha. Por sua vez a parcela será registada no SIVV, incluindo os dados das castas. Logo, se tiver castas não prioritárias, perderá a pontuação no critério, podendo conduzir à não elegibilidade da candidatura parcialmente ou no seu todo, caso fique com pontuação na classe da pontuação *pro-rata* ou abaixo desta, conforme definido na legislação.

10. Qual a pontuação mínima para que a candidatura seja seleccionada?

Nesta hierarquização foram seleccionadas candidaturas com o mínimo de 45 pontos, correspondendo à classe de pontuação em que foi aplicado o *pro-rata*.

11. Porque é que a minha candidatura tem distribuição *pro-rata*? Como foi efetuada a distribuição da área elegível?

De acordo com o definido na legislação, após a aplicação dos critérios definidos, não existindo dotação para todas as candidaturas de uma determinada classe de pontuação, aplica-se a essas candidaturas uma distribuição da área elegível numa base *pro-rata*, que é obtida pela divisão do montante de dotação disponível para a classe pelo valor da ajuda das candidaturas desta classe.

Foi aplicada uma taxa *pro-rata* de 34,30 % nas candidaturas que ficaram na classe dos 45 pontos.

C. Sobre pedidos de alterações às candidaturas

12. Nos casos de parcelas de vinha em produção e para efeitos do pagamento integral da ajuda e do prémio de perda de rendimento é obrigatória a comunicação prévia do arranque da vinha com uma antecedência mínima de 60 dias, se o beneficiário comunicar uma data e arrancar posteriormente, é penalizado?

Não há penalização caso o arranque da vinha seja efetuado em data posterior à comunicada previamente.

13. Relativo à questão anterior, quando é possível proceder alteração da candidatura, numa situação em que o beneficiário quer alterar o local proposto, de forma a não ser penalizado no prémio da perda de rendimento?

Poderá efetuar um pedido de alteração à candidatura até um mês antes do prazo limite para apresentação do pedido de pagamento. O pedido de alterações deve incluir todas as alterações pretendidas. Deve no entanto ser salvaguardado que estão a ser cumpridos os critérios de prioridade considerados na aprovação que permitiram assegurar uma pontuação acima da classe *pro-rata* na conclusão da operação, sob pena de ser aplicada a taxa de *pro-rata* à candidatura ou de esta perder elegibilidade abaixo desta classe, cumprindo o definido no n.º 11 do Art.º 16.º da Portaria n.º 220/2019.

14. Por lapso, submeti a candidatura com uma casta não prioritária. Posso alterar a candidatura substituindo a casta por uma prioritária?

As candidaturas aprovadas podem ser alteradas antes da apresentação do pedido de pagamento. Pode alterar as castas, contudo a subida de pontuação não servirá para alterar a decisão que foi tomada no processo de hierarquização, nomeadamente para subida da pontuação.

Sobre a manutenção da pontuação que foi obtida no processo de hierarquização deve consultar o que se encontra definido no ponto 11 do Art.º 16.º da Portaria n.º 220/2019 de 16 de julho.

D. Sobre pedidos de pagamento antecipado

15. Quando é possível solicitar pagamento antecipado?

O pedido de pagamento antecipado pode ser submetido até 30/06/2021.

Os pedidos de pagamento de 2020 são apresentados no exercício financeiro de 2021 (que inicia a 16 outubro de 2020).

E. Sobre candidaturas agrupadas

A metodologia da hierarquização segue as orientações definidas no Art.º 10.º da Portaria n.º 220/2019 de 16 de julho.

Em primeiro lugar as candidaturas são colocadas por ordem decrescente da sua pontuação até ao esgotamento da dotação disponível para a campanha, conforme definido no ponto 2 do Art.º 10.º.

Neste processo, nem todas as agrupadas secundárias ficam inseridas nas classes com **dotação**. Ao ficarem algumas candidaturas incluídas nas classes de pontuação “sem dotação”, podem ficar em causa os requisitos de enquadramento da agrupada no seu todo (área total de 20 ha).

Nessa situação, conforme definido no ponto 5 do Art.º 10.º, as candidaturas são desagregadas em candidaturas individuais, devendo respeitar as condições de elegibilidade deste tipo de candidaturas. Como candidaturas individuais, perdem a pontuação de agrupadas, mas podem vir a pontuar no critério do potencial de produção só aplicado a candidaturas individuais. A pontuação que obtiveram delinear a decisão a tomar na candidatura:

- Aprovação total - se pontuação dentro das classes com dotação;
- Aprovação com *pro-rata* - se ficar com 45 pontos;

- Não seleccionada - se ficarem numa classe abaixo dos 45 pontos, ou se perderem as condições de elegibilidade das candidaturas individuais.

16. No caso de um beneficiário ter feito a candidatura através de uma agrupada, pode neste momento solicitar ao IFAP alteração para outra agrupada?

Após findo o período de submissão das candidaturas não são aceites transições entre agrupadas.

17. Em muitas candidaturas agrupadas houve aplicação *pro rata* de 34,30%, o que vai fazer com que muitos acabam por desistir da candidatura, o que vai por em risco a agrupada, o que acontece nesses casos? As candidaturas passam para individual? É feita nova pontuação?

Nesses casos, aplica-se o definido na alínea b) do ponto 3 do Art.º 12.º da Portaria n.º 220/2019 de 16 julho.

F. Sobre desistência da candidatura

18. Em candidaturas aprovadas, caso o beneficiário opte por não avançar com o investimento, é obrigatória a comunicação ao IFAP dessa decisão? Se sim, de que forma o deve fazer?

Caso o beneficiário de uma candidatura seleccionada não pretenda executar o investimento previsto na candidatura, deve comunicar a desistência da candidatura junto dos serviços da DRAP da sua área de influência.

19. Em caso da não execução do investimento quais consequências/sanções/ penalizações a que está sujeito?

Os beneficiários que não executem o investimento e se mantenham com candidaturas seleccionadas, poderão ser penalizados na pontuação nos critérios de prioridade numa candidatura a uma futura campanha.